REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

DUAS LEIS, UM MUSEU: O CASO DO NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN, O NATIVE AMERICAN GRAVES PROTECTION AND REPATRIATION ACT E O NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN ACT

Rebeca Ribeiro Bombonato*

RESUMO

A legislação patrimonial norte-americana possui diversas especificidades. Uma lei de grande importância e relevância no cenário nacional tratou, em 1989, da instalação de um museu voltado para a divulgação e pesquisa da história de comunidades nativo-americanas, o *National Museum of the American Indian*, que faz parte da *Smithsonian Institution*. A lei de criação do museu também estabelece os critérios para a repatriação de remanescentes humanos e objetos funerários presentes nas coleções adquiridas para a formação do museu. Com base no NMAIA (*National Museum of the American Indian Act*), uma segunda lei foi aprovada no ano seguinte, o NAGPRA (*Native American Graves Protection and Repatriation Act*). De abrangência nacional, o NAGPRA tornou-se uma das legislações patrimoniais mais importantes e conhecidas do mundo.

Palavras-chave: NMAI; NMAIA; NAGPRA.

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: rebeca.bombonato@usp.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4537-9387>.

TWO LAWS, ONE MUSEUM: THE CASE OF THE NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN, THE NATIVE AMERICAN GRAVES PROTECTION AND REPATRIATION ACT, AND THE NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN ACT

ABSTRACT

The American patrimonial legislation has several specificities. One law of great importance on the national scene dealt, in 1989, with the installation of a museum aimed at disseminating and researching the history of Native American communities, the National Museum of the American Indian, as part of the Smithsonian Institution. Its creation also established the criteria for the repatriation of human remains and funerary objects present in the collections acquired for the formation of the museum. Based on the NMAIA (National Museum of the American Indian Act), a second law was passed in the following year, the NAGPRA (Native American Graves Protection and Repatriation Act). Nationwide, NAGPRA has become one of the most important and well-known heritage laws in the world.

Keywords: NMAI; NMAIA; NAGPRA.

DOS LEYES, UN MUSEO: EL CASO DEL NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN, EL NATIVE AMERICAN GRAVES PROTECTION AND REPATRIATION ACT Y EL NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN ACT

RESUMEN

La legislación patrimonial estadounidense tiene varias especificidades. Una ley de gran importancia en el escenario nacional trató, en 1989, de la instalación de un museo destinado a difundir e investigar la historia de las comunidades nativas americanas, el *National Museum of the American Indian*, que forma parte de la *Smithsonian Institution*. Su ley también estableció los criterios de repatriación de restos humanos y objetos funerarios presentes en las colecciones adquiridas durante la formación del museo. Con base en la NMAIA (*National Museum of the American Indian Act*), al año siguiente se aprobó una segunda ley, la NAGPRA (*Native American Graves Protection and Repatriation Act*). A nivel nacional, NAGPRA se convirtió en una de las leyes de patrimonio más importantes y conocidas del mundo.

Palabras clave: NMAI; NMAIA; NAGPRA.

INTRODUÇÃO

O relacionamento entre comunidades indígenas e as nações ocidentais foi, desde seu início, carregado de conflitos. Ao longo dos séculos XIX e XX, objetos pertencentes aos povos colonizados passaram a ser transferidos e comercializados de forma mais ativa em um mercado de cultura material globalizado (TORRENCE; CLARKE, 2013). Hoje, esses objetos formam grande parte do núcleo de extensas coleções etnográficas e arqueológicas em museus e coleções particulares ao redor do mundo. Considerando a afirmação de Velthem (2017) de que o papel dos museus é fundamental na condução de um diálogo intercultural, faz-se necessário pensar na forma como esse diálogo é conduzido. A autora também lembra que, apesar de tais objetos possuírem uma relação de continuidade com suas culturas de origem, a sua simples presença em instituições museais não é suficiente para tornar o Outro visível (VELTHEM, 2012).

Também já é reconhecido que os museus prestam cada vez mais atenção às necessidades da sociedade, aceitando e mesmo tomando para si mudanças diversas como um elemento definidor de suas próprias políticas (MARSTINE, 2011). Nessa perspectiva, os objetos nas coleções etnográficas dos museus do século XXI devem sair do foco central em prol de discursos e diálogos propostos pelos seus diferentes atores (como curadores e representantes indígenas) – tornando-se (ou buscando se tornar) mais “representativos” do momento atual. Galla (1996) também afirma que os papéis e responsabilidades finais dos museus serão determinados por quão bem eles ouvem as vozes e valores dos muitos povos indígenas, cujas heranças culturais eles representam.

Museus com acervos etnográficos são locais privilegiados para a análise dessa “crise de representação”, questão central na chamada crítica pós-moderna (ROCA, 2015). Afinal, como podemos apresentar um discurso sobre o Outro sem a participação do Outro? Quem deve ser considerado “autoridade” para falar sobre o Outro e sua cultura? É pensando em questões como essas que, a fim de propiciar uma discussão sobre a representação do Outro, é necessária uma nova abordagem, ou uma polifonia, como chamada por Roca (2015, p. 118), em que os produtores dos objetos etnográficos possuam voz e questionem a autoridade, a representatividade e o poder daqueles que organizam as coleções e as exposições, ou seja, ao questionar, proponham novos posicionamentos, inserindo-se neles.

A partir dos anos 1970, uma crescente compreensão e reconhecimento por parte das instituições oficiais que administram o patrimônio cultural do papel dos povos indígenas na preservação, continuação e gestão de seu próprio patrimônio cultural tem ganhado espaço. Museus ao redor do mundo vêm trazendo essa discussão para suas gestões institucionais, cada um com sua própria capacidade e disponibilidade. Porém, quando pensamos em museus públicos, essa tendência se torna – ou deveria se tornar – uma responsabilidade, que, em certos casos, pode ser abordada por legislações específicas, como é o caso dos Estados Unidos da América, que desenvolveu uma série de leis para tentar resolver tais questões (DOXTATOR, 1996). O referido país conta atualmente com 16.157 instituições em todo o seu território (incluindo Havaí e Alasca) e, desse total, 371 delas possuem acervos arqueológicos (MUSEUMS USA, 2020). A *Smithsonian Institution* reúne alguns desses museus e outros centros de pesquisa que são administrados pelo governo norte-americano.

Estabelecida através de fundos particulares do químico e mineralogista britânico James Smithson, e através de um ato passado pelo Senado dos Estados Unidos em 10 de agosto de 1846, a *Smithsonian Institution* possui como objetivo ampliar e difundir conhecimentos (OUR HISTORY, 2020). Após o seu estabelecimento, a instituição passou a se dedicar ao desenvolvimento e reconhecimento de uma identidade nacional norte-americana. Atualmente, ela possui nove centros de pesquisa, um Zoológico Nacional, 21

bibliotecas, além de 19 museus das mais diversas temáticas - como História Natural, Arte Contemporânea e Ciência e Tecnologia.

Devido aos diferentes tópicos abordados em seus museus, diferentes relacionamentos – com diferentes atores – surgem. Levando em conta o papel da *Smithsonian Institution* nesse processo de reconhecimento de uma identidade nacional, diversos dos seus museus possuem como enfoque principal a discussão de questões contemporâneas e próximas das comunidades locais. Dentre esses museus, podemos citar: o *Anacostia Community Museum* – inaugurado em 1967, focado na documentação e divulgação do impacto social e cultural de questões da comunidade urbana contemporânea –; o *National Museum of African American History and Culture* – inaugurado em 2016, dedicado a discussões sobre a diáspora africana, a história dos afro-americanos e o seu impacto na história mundial –; e o *National Museum of the American Indian* (doravante NMAI) – inaugurado em 2004, através do *National Museum of the American Indian Act* de 1989, e se dedica à compreensão, divulgação e estudo da vida, idiomas, literatura, história e arte de comunidades nativo-americanas¹.

Políticas culturais nacionais e legislações específicas também possuem um papel importante como promotoras de uma democracia cultural, e para que tal papel seja cumprido, é necessário o desenvolvimento de parcerias com as respectivas comunidades (GALLA, 1996), como é o caso do NMAI. É importante lembrar que, no caso norte-americano e antes de legislações nacionais, muitos museus recusaram a repatriação de itens culturais indígenas com base na afirmação de que esses objetos deveriam permanecer nas instituições museais, onde poderiam ser preservados e estudados (WATSON, 2017).

Por esse e outros motivos, os povos indígenas têm criado organizações nacionais, regionais e globais para dar solidariedade e força uns aos outros, além de fazerem suas vozes serem ouvidas (BRANCHE, 1996). Contudo, a primeira lei de abrangência nacional foi aprovada em 1906, chamada *Antiquities Act*, que pretendia proteger os recursos culturais dos Estados Unidos através do estabelecimento de processos de permissão para escavações arqueológicas e de punições para saques. O maior problema dessa lei era que ela acabava sustentando ainda mais a autoridade que os antropólogos detinham sobre a cultura material dos nativos-americanos, incluindo remanescentes humanos. Essa lei falhava em considerar os interesses que essas comunidades poderiam ter sobre sua própria cultura material, o que acabou por transformar os remanescentes humanos em recursos arqueológicos de propriedade do governo federal (WATKINS, 2006). Foi apenas em 1976 que a primeira lei relacionada especificamente à proteção de objetos e remanescentes humanos nativo-americanos – a *Iowa Burials Protection Act* – foi aprovada, contudo, ela era válida apenas para o Estado de Iowa.

Depois dessa primeira lei de Iowa, sobre remanescentes humanos e seu tratamento, outras leis semelhantes foram aprovadas, sendo duas as de maior visibilidade nacional e internacional: o *National Museum of the American Indian Act* - NMAIA (aprovada em 1989 pelo Congresso americano) e o *Native American Graves Protection and Repatriation Act* - NAGPRA (aprovada em 1990). O NMAIA é o ato que autorizou a construção de um novo museu pertencente à *Smithsonian Institution*, no *National Mall* em Washington D.C. Esse novo museu traria coleções, já reunidas sob a guarda da instituição, relacionadas às comunidades nativo-americanas do *Heye Museum* em Nova Iorque, além de receber futuras coleções e objetos. Já o NAGPRA foi inspirado pelo NMAIA e é uma das principais legislações patrimoniais norte-americanas, tratando da repatriação e proteção

¹ O termo “nativo-americano” será utilizado no presente texto como tradução livre dos autores para o termo norte-americano “*Native American*”, utilizado pelo NMAI.

de remanescentes humanos e objetos funerários associados – tema de grande discussão entre entidades de pesquisa e comunidades indígenas.

Devido à sua natureza ímpar e ao seu relacionamento com legislações de proteção ao patrimônio arqueológico indígena norte-americano, o NMAI e o seu processo de criação são o alvo principal do presente artigo, que discutirá também questões relacionadas ao NAGPRA e como essas duas leis mudaram a forma de diversos museus norte-americanos referente ao tratamento de remanescentes humanos. Daehnke e Lonetree (2016) lembram que os Estados Unidos também foram o primeiro país a aprovar uma legislação tão abrangente em nível federal, como o NMAIA e o NAGPRA, o que torna uma visita a essas leis ainda mais relevante quando consideramos a atual dinâmica entre museus e as comunidades indígenas.

O NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN - *UM MUSEU, VÁRIOS POVOS*

Conforme já citado anteriormente, o *National Museum of the American Indian* é um dos dezenove museus que compõe a *Smithsonian Institution*, com sede na capital norte-americana Washington D.C. O museu é composto por três centros: o edifício central do museu em Washington D.C. (Figura 1), uma sede secundária em Nova Iorque chamada *George Gustav Heye Center*, e o *Cultural Resources Center*² (voltado para a pesquisa e armazenamento de coleções) em Maryland (ABOUT THE MUSEUM, 2020).

Figura 1 – Entrada NMAI. Fonte: NMAI (2020).

O acervo do museu é oriundo, parcialmente, da coleção particular de George Gustav Heye, um banqueiro de Nova Iorque e colecionador amador de artefatos indígenas tanto da América do Norte quanto da América do Sul. Sua coleção se aproximava de 800.000 objetos reunidos ao longo de 60 anos (KREPS, 2011). Essa coleção foi transformada no

² *Cultural Resources Center* ou Centro de Recursos Culturais.

primeiro *Museum of the American Indian*, em Nova Iorque, inaugurado por Heye em 1916 – abrindo suas portas para o público em 1922 – e ao qual ele serviu como diretor até 1956. Junto com o museu, Heye também instituiu a *Heye Foundation*. Em 1989, suas coleções foram transferidas para a *Smithsonian Institution* e cerca de 1/3 delas foi repatriado para as famílias e comunidades (SWEENEY; HICKS, 1997; McMULLEN, 2009).

É importante lembrar que, embora George Heye fosse uma figura cercada de controvérsias e que não foi um “apoiador do nacionalismo indígena”, não podemos ignorar o encorajamento cultural do NMAI (McMULLEN, 2009) e suas tentativas de polifonia mais recentemente³, confirmando o que já sabemos – a complexidade da musealização de coleções de objetos indígenas. Lonetree (2009) afirma que o NMAI consiste em um dos projetos colaborativos mais ambiciosos já desenvolvidos, e que a colaboração e a presença das vozes indígenas em diversos aspectos da prática refletem uma nova direção para os grandes museus nos EUA.

Inaugurado em 21 de setembro de 2004 – quinze anos após a aprovação da lei para a sua criação –, o NMAI se instalou no edifício em Washington D.C., com 23 mil m² e cinco andares. Seu espaço também conta com um amplo hall central na entrada principal onde ocorrem performances artísticas de diversos grupos (Figura 2). É importante destacar ainda que o referido museu está localizado em um local de grande valor simbólico, com sua entrada principal voltada para o Capitólio americano, no *National Mall* – junto com os outros museus da *Smithsonian Institution*.

Figura 2 – Hall Central do NMAI. Foto: Rebeca R. Bombonato (2017).

Na inauguração do novo edifício, o NMAI contava com três galerias para exposições de longa duração⁴: *Our Universes*; *Our Peoples*; e *Our Lives*⁵. Essas exposições apresentavam oito povos que faziam uma reflexão sobre suas próprias cosmologias, histórias e

³ Um exemplo que pode ser citado é a exposição “Return to a Native Place: Algonquian Peoples of the Chesapeake”, com curadoria da Dra. Gabrielle Tayac, do povo Piscataway, ainda em exposição no museu da capital em 2020.

⁴ O termo original utilizado pelo museu é “ongoing”, para a tradução usamos o termo recorrente no Brasil, “longa duração”.

⁵ *Our Universes*; *Our Peoples*; e *Our Lives* (“Nossos Universos”; “Nossos Povos”; e “Nossas Vidas”); tradução livre da autora.

identidades contemporâneas (SHANNON, 2009, p. 222). Outras exposições (físicas e virtuais) já passaram por seus espaços, sempre enfatizando as vozes dos povos relacionados, suas histórias e como acontecimentos do mundo são vistos por esses povos.

O primeiro diretor do NMAI, Richard West, afirmou que este se dedica a uma abordagem nova e diferente referente às suas exposições, trazendo as vozes e perspectivas de “nativos-americanos” (SHANNON, 2009, p. 218). O principal ponto da sua proposta expositiva é o trabalho colaborativo com nativo-americanos no desenvolvimento dos conteúdos das galerias e, dentre seus principais objetivos está o combate ao estereótipo dos “indígenas desaparecidos” (KREPS, 2011). Contudo, vale lembrar que ele não está isento de críticas, principalmente relacionadas às perspectivas de soberania indígena nos processos, assim como qualquer museu (McMULLEN, 2009, p. 81).

É através dessa proposta curatorial colaborativa que o NMAI busca ganhar um “senso de legitimação como museu nativo-americano” e apresentar de maneira ética as vozes indígenas, tentando conferir ao discurso apresentado na exposição certa “autenticidade” – palavra muito citada pela própria equipe (SHANNON, 2009, p. 219). Essa busca pela “voz nativa” se faz necessária quando consideramos a difusão de estereótipos acerca de comunidades indígenas e suas histórias, um problema que não escapa os espaços expositivos norte-americanos.

Figura 3 – Exposição “*Nation to Nation*” do NMAI. Foto: Rebeca R. Bombonato (2017).

A questão da representatividade, transparência e autoridade na Etnografia nos anos 1980 acabaram gerando uma “crise de representação”, já que a principal função de museus etnográficos é exatamente a representação de culturas e outros produtos culturais (SHANNON, 2009, p. 221). O NMAI se coloca como comprometido com uma “nova museologia”, que inverte relações de dominação e autoridade, desconstrói as formas tradicionais e aristocráticas de exposição e abre espaço para a auto representação indígena (ROCA, 2015).

Roca (2015) também chama atenção para uma tendência que ela julga ser chave para a auto representação: esses museus nascem a partir de propostas políticas e em momentos específicos de forte reorganização. Dessa forma, os objetos são selecionados de forma a

comunicar um discurso identitário e, por isso, político. Um exemplo que deve ser citado nesse caso é a exposição “*Nation to Nation: treaties between the United States and American Indian Nations*”⁶ (em exibição até 2021 na sede da capital norte-americana). Essa exposição (Figura 3) apresenta a história desde os primeiros tratados de paz entre os nativo-americanos e os colonizadores até as leis mais recentes, que permitiram a repatriação de objetos e as relações diplomáticas atuais (NATION TO NATION, 2020).

NATIONAL MUSEUM OF THE AMERICAN INDIAN ACT – UMA LEI PARA UM MUSEU

Ao considerarmos o *National Museum of the American Indian*, seu acervo e suas exposições, é possível compreender melhor a legislação que sustentou sua criação. Ao criar uma nova proposta para o museu dedicado à história dos nativo-americanos, o Congresso norte-americano estava dando um passo em direção à resolução de questões inerentemente conflitantes, como repatriação e afiliação cultural (o que repatriar e para quem) (OUSLEY *et al.*, 2005). A ideia inicial estava relacionada à descoberta, por parte do líder religioso Cheyenne William Tallbull, em 1986, que o *National Museum of Natural History* (também da *Smithsonian Institution*) abrigava os remanescentes de cerca de 18.500 nativo-americanos (McKEOWN; HUTT, 2008, p. 134), questão essa que só foi concluída com a criação e aplicação do NMAIA.

O novo museu possui como objetivos principais o estudo e divulgação sobre e com povos indígenas através de suas coleções e exposições, além de promover diversos programas de estudo e pesquisa. Além de autorizar a repatriação de remanescentes humanos e objetos cerimoniais e sagrados das coleções do *Smithsonian Institution* de volta para as comunidades nativo-americanas, a lei também autorizou a compra das coleções do *Museum of the American Indian* de George Heye, em Nova Iorque (KREPS, 2011).

A *National Museum of the American Indian Act* (NMAIA) previa a construção de uma outra sede, na cidade de Nova Iorque, para abrigar parte da coleção Heye, além de uma biblioteca de 40.000 volumes relacionados à Arqueologia, Etnologia e História dos povos nativo-americanos. Essa segunda sede foi inaugurado em novembro de 1994. A lei também financiou a construção do *Cultural Resources Center* em Suitland, Maryland, que foi inaugurado em 1998 e funciona como a unidade de armazenamento de coleções e pesquisas do museu. O componente final, e alguns diriam a peça central da Lei, é o museu localizado no *National Mall* em Washington, DC. Esse é o primeiro museu nacional dedicado exclusivamente ao estudo, preservação e exibição da vida, idiomas, história, artes e culturas de “nativo-americanos” (KREPS, 2011, p. 75).

A lei que estabeleceu o museu traz algumas regras e conceitos para iniciar a sua contextualização, citando diversas coleções pertencentes a instituições federais diversas, desde a coleção de aproximadamente 1 milhão de itens reunidos por Heye em Nova Iorque até o acervo com mais de 4.000 remanescentes humanos do *Army Medical Museum*, passando por objetos e remanescentes humanos já pertencentes à própria *Smithsonian Institution*. Também são estabelecidos os propósitos museológicos a serem alcançados (ESTADOS UNIDOS, 1989):

1. Avançar com o estudo de nativos-americanos, incluindo o estudo de seus idiomas, literatura, história, arte, antropologia e vida;
2. Coletar, preservar e expor objetos nativo-americanos de interesse artístico, histórico, literário, antropológico e científico;
3. Oferecer programas de estudo e pesquisa para nativos-americanos; e

⁶ *Nation to Nation: treaties between the United States and American Indian Nations* (“De nação para nação: tratados entre os Estados Unidos e as Nações Indígenas Americanas”); tradução livre da autora.

4. Fornecer recursos para os propósitos citados nos parágrafos 1, 2, e 3 no Distrito de Columbia (capital), no Estado de Nova Iorque, e em outras localidades apropriadas.

São estabelecidos também os sistemas de governança e administração da instituição como parte da *Smithsonian Institution*, dentre eles: um diretor e staff próprios; além da *Board of Trustees* (do *National Museum of the American Indian*), responsável pela gestão do museu. Essa gestão é atualmente composta por 24 membros, sendo 18 pertencentes a algum povo indígena – um pré-requisito estabelecido pela NMAIA (GOVERNANCE, 2020) – e a *Board of Regents* (da *Smithsonian Institution*) – que serve de contato com outras instituições.

Outro ponto em que o NMAI pode ser considerado bem-sucedido é no estabelecimento de diretrizes de curadoria da cultura material, principalmente em relação aos objetos considerados sagrados ou culturalmente sensíveis – como manuseá-los, armazená-los, conservá-los e exibi-los – através de seu *Culturally Sensitive Collections Care Program*⁷ no Cultural Resources Center em Maryland (KREPS, 2011).

O museu possui uma série de regulamentos próprios a respeito de práticas de repatriação de remanescentes humanos e objetos funerários ou sagrados, que prevê desde as regras para inventário e identificação (que devem sempre ser realizadas em cooperação e consulta com lideranças religiosas e políticas de cada grupo envolvido) até os procedimentos para o retorno de tais remanescentes humanos e objetos. Um ponto que se deve chamar a atenção é também o reconhecimento das autoridades das organizações sem fins financeiros Nativo-Havaianas (*Malama I Na Kupuna O Hawai'i Nei*⁸), estabelecidas pelo governo do Estado do Havaí em 17 de abril de 1989, com o propósito específico de fornecer orientações e saberes em decisões a respeito do patrimônio cultural havaiano.

A legislação de criação do NMAI não especifica exclusivamente objetos da cultura material como de responsabilidade da instituição, mas também preocupa-se em preservar, documentar e divulgar os patrimônios intangíveis das populações e dos grupos indígenas (McMULLEN, 2009). Por fim, o NMAIA acabou por inspirar a criação de uma outra lei, que tivesse alcance nacional e abrangesse instituições que recebessem financiamento governamental.

NATIVE AMERICAN GRAVES PROTECTION AND REPATRIATION ACT – A REPATRIAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

De acordo com o *Native American Graves Protection and Repatriation Act* (NAGPRA), todos os museus – exclui-se aqui o NMAI, pois possui uma legislação própria – que recebem qualquer forma de financiamento federal devem cumprir seus requisitos. Além da proteção de cemitérios, outra parte importante da lei é a repatriação de remanescentes humanos, objetos funerários e sagrados aos descendentes diretos ou aos grupos culturalmente afiliados ou ainda às organizações, como no caso havaiano. O NAGPRA também exige que os museus façam inventários dos remanescentes humanos e de suas coleções, para, em consulta com representantes e outras agências federais, identificar a sua “afiliação cultural” (KREPS, 2011, p. 77-78).

De forma semelhante ao que está no NMAIA, o NAGPRA estabelece algumas definições na sua introdução com termos a serem utilizados na lei e o que eles englobam. Um ponto de grande importância nessa lei é a questão da propriedade de objetos e

⁷ *Culturally Sensitive Collections Care Program* ou Programa de Cuidado de Coleções Culturalmente Sensíveis.

⁸ *Malama I Na Kupuna O Hawai'i Nei* ou Grupo de Cuidado dos Ancestrais do Havaí; tradução livre da autora.

remanescentes humanos, principalmente em casos de pedidos múltiplos de repatriação. A prioridade de direito à posse e controle de objetos escavados por arqueólogos ou encontrados em terras federais ou indígenas a partir da data da publicação (ESTADOS UNIDOS, 1990) fica estabelecida da seguinte forma:

1. Em caso de remanescentes humanos nativo-americanos e objetos funerários associados, os descendentes diretos do indivíduo e seus objetos;
2. Em caso de os descendentes diretos não serem definidos ou estabelecidos:
 - A. À comunidade nativo-americana ou organização havaiana em cujas terras tribais tais remanescentes e objetos foram encontrados;
 - B. À comunidade nativo-americana ou organização havaiana mais próxima por afiliação cultural de tais remanescentes e objetos; ou
 - C. No caso de uma afiliação cultural não ser identificada, e se os objetos e remanescentes forem encontrados em terras federais, a decisão final caberá à *Indian Claims Commission*.

O NAGPRA também estabelece as punições pelo tráfico ilegal de objetos indígenas, embora esse ponto seja um dos mais controversos e criticados do documento. Muitos autores e especialistas afirmam que o NAGPRA é limitado de diversas formas, apenas conseguindo impor punições civis a museus que descumpram suas delimitações, e não aos indivíduos responsáveis pelo tráfico. Ela também contém diversas orientações de ações preventivas e punitivas, mas não especifica ou delimita os recursos para sua execução. Essa falta de mecanismos para garantir a execução de suas orientações é vista, por muitos, como anti-produtiva (CRYNE, 2009).

Parte das obrigações propostas pelo NAGPRA é a necessidade de incentivo à pesquisa sobre nativo-americanos, o que estimula a presença de curadores, acadêmicos e consultores oriundos de grupos nativo-americanos. Kreps (2011, p. 78) afirma que, cada vez mais, o ponto de vista indígena está sendo ouvido, desafiando os paradigmas e práticas convencionais nos museus.

Outra questão relevante abordada pelo NAGPRA, e que está cada vez mais em pauta nos museus, é a exposição de materiais considerados “culturalmente sensíveis”, tais como remanescentes humanos e objetos sagrados. A grande maioria dos museus norte-americanos já retirou de suas exposições diversos objetos: alguns foram repatriados, enquanto outros foram mantidos nas próprias instituições e podem continuar a ser estudados, mas com novos cuidados. Certos objetos são separados das coleções gerais e armazenados em áreas de acesso restrito – apenas representantes dos grupos e alguns funcionários do museu designados possuíam acesso –, além de terem sido removidos das exposições, em respeito às exigências do NAGPRA (KREPS, 2011).

Desde o estabelecimento dos procedimentos a partir do NAGPRA, já foram identificados cerca de 2,47 milhões de objetos funerários associados até setembro de 2018 (data do último relatório do NAGPRA), e 797.605 objetos funerários ainda aguardam para serem identificados. Também foram identificados 189.415 remanescentes humanos, restando 122.338 para serem reconhecidos e repatriados (NATIONAL NAGPRA PROGRAM, 2018). Embora esses números pareçam impressionantes, eles carregam alguns graves problemas: por exemplo, cerca de 80% dos remanescentes humanos ainda em coleções de museus e outras agências federais foram considerados “culturalmente não-identificáveis”, portanto não podem ser devolvidos para ninguém (DAEHNKE; LONETREE, 2016). Dessa forma, esses remanescentes não-identificáveis não são repatriados a ninguém e não entram nas estatísticas como “não devolvidos”.

O NAGPRA em seu formato original – aprovado em 1990 – exigia um esforço de boa fé por parte das agências federais e museus para que usassem as informações que eles possuíam para determinar a afiliação cultural (MOUNTAIN, 2017), não sendo obrigatória a realização de pesquisas adicionais. Este é o outro ponto problemático do NAGPRA: o dever legal de repatriar remanescentes a tribos ou comunidades só existe se essas comunidades possuírem reconhecimento federal, dessa forma, os remanescentes reivindicados pelas comunidades que não possuem tal reconhecimento são automaticamente considerados “culturalmente não-identificáveis”. Portanto, a decisão de transferir ou não os remanescentes para as nações indígenas não-reconhecidas é puramente voluntária e fica exclusivamente a cargo do museu ou agência federal que abriga tais coleções. Os mais otimistas podem afirmar que isso significa que essas agências e museus são, dessa forma, forçados a reconhecer as verdades sobre as práticas colecionistas do passado. Contudo, isso se torna um problema nos casos em que esse reconhecimento voluntário não ocorre.

Considerando esse ponto, o Comitê de Revisão de 2010 redigiu e aprovou uma regra adicional sobre a disposição de remanescentes humanos culturalmente não-identificáveis⁹. A sessão 10.11 fornece diretrizes para agências federais e museus quanto a consulta às tribos apropriadas com a finalidade de concluir os inventários e sobre a disposição final dos remanescentes humanos (MOUNTAIN, 2017).

O debate ao redor do NAGPRA alcança outros patamares além da disputa judicial; alguns argumentam que a lei resulta de um conflito entre Ciência e religião, outros, de forma semelhante, afirmam que o NAGPRA é uma ameaça à Ciência; outros ainda se opõem a essa ideia e afirmam que o NAGPRA é, na verdade, um ato de equilíbrio – que assume a tarefa hercúlea de acomodar direitos humanos, relações raciais, religião, ciência, educação e ética (NASH; COLWELL, 2020). De uma forma ou de outra, se ela e outras leis (como o NMAIA) não existissem, o número de museus e agências federais que fariam a repatriação de remanescentes humanos e outros objetos culturalmente sensíveis seria muito pequeno.

Nos museus, possuímos ainda muito da tendência de olhar para nossos acervos e apenas enxergá-los como isto: peças que fazem parte de uma coleção. Acabamos não humanizando situações que são, por definição, humanas e que tratam das nossas relações com os objetos e com os outros. Tais leis servem como ferramentas para que a comunidade científica faça uma revisita a suas atitudes em relação à comunidade indígena.

CONSIDERAÇÕES

A forma com que os museus estão lidando com as mudanças na sociedade ainda difere dependendo do país, sua política pública e do porte da instituição. Contudo, os desafios continuam fundamentalmente os mesmos. Questões relacionadas às vozes indígenas ganham espaço e força no mundo das exposições, gerando ações de participação efetiva, como as desenvolvidas colaborativamente, também pelas consultas aos grupos implicados. Museus passaram a formar alianças com os indígenas, que, por sua vez, veem nos museus uma oportunidade e espaço para contarem suas próprias histórias.

Nesse cenário, é necessário que os museus passem a incluir diferentes narrativas históricas que possam servir para desafiar estereótipos já consolidados. Os museus possuem um papel vital no apoio aos indígenas em seus esforços rumo a uma

⁹ *Disposition of Culturally Unidentifiable Human Remains* ou Disposição de Remanescentes Humanos Culturalmente Não-Identificáveis (43 Code of Federal Regulations §10.11)

descolonização, privilegiando seus pontos de vista e desafiando antigas representações através de autorrepresentações. Se os museus desejam de fato abordar questões sobre o patrimônio cultural do Outro e trabalhar pela legitimação das questões indígenas e da diversidade, eles também devem se tornar fóruns para a exploração dos ideais dessa diversidade.

Devemos lembrar que parte fundamental do processo de reconhecimento da autoridade indígena, quanto às suas histórias e cosmologias, possui uma relação muito próxima com movimentos de reconhecimento políticos. O caso norte-americano é um bom exemplo – e de grande visibilidade mundial – para essa nova dinâmica dentro dos museus. Os primeiros movimentos de reconhecimento dos direitos indígenas nos Estados Unidos estavam relacionados ao cenário político do país e assim se mantiveram mesmo após a criação de leis de proteção de patrimônio cultural. Essas leis servem de base e orientam assuntos de grande sensibilidade e importância, tanto para as comunidades envolvidas quanto para os próprios museus, que são os principais alvos de críticas e questionamentos.

Dentre as principais legislações [?] que devem ser citadas estão o *National Museum of the American Indian Act* - NMAIA e o *Native American Graves Protection and Repatriation Act* - NAGPRA. – que, embora não tenham sido as primeiras, sem dúvida são as de maior abrangência e importância dentro do território norte-americano. Ambas possuem grande semelhança quanto às suas temáticas, propostas e ações, mas diferem na abrangência.

O NMAIA foi a lei desenvolvida para o estabelecimento do *National Museum of the American Indian* como parte da *Smithsonian Institution* – um conjunto de museus, galerias, centros de pesquisa e bibliotecas em sistema público-privado. Esse museu receberia as coleções relacionadas aos grupos indígenas que já faziam parte da *Smithsonian Institution*, a outras instituições federais e à compra de coleções privadas de outros museus. Embora pareça que o NMAIA seja uma lei que já cumpriu o seu papel e que não é mais aplicada, sua principal importância hoje – após o estabelecimento do museu na capital norte-americana – ainda é o programa de repatriação que continua acontecendo.

O NMAIA também estabelece uma série de ações a serem tomadas por parte do museu, de forma que ele participe de um programa nacional de repatriação (cujos requisitos são citados, e que também vieram a servir como base para o NAGPRA, lei semelhante que abrange todos os museus e centros culturais do país que recebem financiamento federal).

O NAGPRA foi criado posteriormente ao NMAIA e apesar de não incluir o NMAI em sua legislação, usa sua lei de criação como base para definir responsabilidades e ações acerca de repatriação de remanescentes humanos, objetos funerários associados e objetos sagrados. Embora seja até hoje muito criticada por especialistas, ainda é uma das ferramentas mais lembradas quando se discute legislação patrimonial nos Estados Unidos. Apesar de suas falhas, como a falta de especificação de fundos para a execução das punições previstas contra indivíduos, ainda é uma lei importante e muito presente nos museus das mais diversas temáticas (Arte, História Natural, Arqueologia, Etnologia). Embora semelhantes, o NMAIA e o NAGPRA diferem principalmente quanto aos procedimentos para suas implementações.

Um ponto essencial na relação entre museus e comunidades indígenas é exatamente a repatriação de bens culturais. Nash e Colwell (2020) afirmam que a repatriação está emergindo como um tema-chave para novas áreas da Ciência, identidades sociais e relações internacionais, além de estar moldando as noções de patrimônio nacional. Concordando ou não com as práticas e formas de repatriação existentes, é necessário reconhecer que a repatriação trouxe mudanças fundamentais na Antropologia,

Arqueologia e nos estudos museológicos, além das próprias práticas culturais e religiosas indígenas (NASH; COLWELL, 2020).

Hoje, quando se discute a questão de repatriação de remanescentes humanos nos Estados Unidos, se fala do NAGPRA. A lei se tornou sinônimo do tema e continua sendo peça central das atividades de repatriação norte-americana, mesmo que nesses trinta anos de aprovação tenham evidenciado suas deficiências (DAEHNKE; LONETREE, 2016). Infelizmente, mesmo após esse tempo, muitos museus e agências federais não estão em conformidade com a lei (NASH; COLWELL, 2020).

Legislações patrimoniais (como o NAGPRA e o NMAIA) são de inigualável importância no panorama internacional de preservação e divulgação de culturas indígenas ao redor do mundo. É certo que todos os países possuem dificuldades na sua aplicação, mas a sua existência já pode ser vista como os primeiros passos para ações fundamentais para a preservação e divulgação das histórias de povos há muito tempo silenciados por um autoritarismo científico-acadêmico e que até hoje tenta definir quem são os únicos detentores do conhecimento.

Os museus são pontos de encontro ideais para esse diálogo entre a comunidade científica, as comunidades indígenas e o público, que, como parte da sociedade na qual todos fazem parte, são integrantes dessas histórias. Como fórum, essa polifonia é mais do que necessária, é essencial para a continuidade das nossas histórias.

Mas cabe lembrar que, embora o NAGPRA e o NMAIA possuam uma grande abrangência, ainda não alcançam todas as instituições nos Estados Unidos – qualquer instituição que seja completamente particular e não receba nenhuma verba ou auxílio do governo está isenta de cumprir tal lei. Entretanto, a prática de repatriar bens culturais, especialmente de indígenas, nos Estados Unidos configura uma das tantas tentativas de confrontar os legados coloniais. Além disso, embora o NMAI não seja um museu comunitário, o seu espaço é utilizado pelas comunidades nativo-americanas para a divulgação de suas culturas e conhecimentos. O NMAIA abriu espaço para que o NAGPRA fosse criado, desenvolvendo e aplicando as primeiras regras sobre a repatriação de remanescentes humanos e objetos associados, fazendo com que a própria instituição analisasse o seu passado e a sua interação com as comunidades indígenas a fim de criar um museu que possa, de fato, ser um espaço de diversidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOUT THE MUSEUM. Disponível em <https://americanindian.si.edu/about>. Acessado em 10/09/2020.
- BRANCHE, Winnel. Indigenous in charge: are museums ready? In: CANADIAN MUSEUM OF CIVILIZATION; UNIVERSITY OF VICTORIA (B.C.); CULTURAL RESOURCE MANAGEMENT PROGRAM; COMMONWEALTH ASSOCIATION OF MUSEUMS. *Curatorship: indigenous perspectives in post-colonial societies - proceedings*. Canadian Museum of Civilization Commonwealth Association of Museums and the University of Victoria: Ottawa, 1996, p.119-138.
- CRYNE, Julia A. NAGPRA Revisited: A twenty-year review of repatriation efforts. *American Indian Law Review*. University of Oklahoma College of Law, v.34, n.1, p.99-122, 2009-2010.
- DAEHNKE, Jon; LONETREE, Amy. Repatriation in the United States: the current state of NAGPRA. In: LYNDON, Jane; RIZVI, Uzma Z. (eds). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. Nova Iorque: Routledge, 2016, p.245-255.
- DOXTATOR, Deborah. The implications of Canada Nationalism for aboriginal cultural autonomy. In: CANADIAN MUSEUM OF CIVILIZATION; UNIVERSITY OF VICTORIA (B.C.); CULTURAL RESOURCE MANAGEMENT PROGRAM; COMMONWEALTH ASSOCIATION OF MUSEUMS. *Curatorship: indigenous perspectives in post-colonial societies - proceedings*. Canadian Museum of Civilization Commonwealth Association of Museums and the University of Victoria: Ottawa, 1996, p.56-76.
- ESTADOS UNIDOS. Public Law 101-185 - National Museum of the American Indian Act. Washington DC, Novembro 1989. Disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-103/pdf/STATUTE-103-Pg1336.pdf>. Acessado em 04/09/2020.
- ESTADOS UNIDOS. Public Law 101-601 - Native American Graves Protection and Repatriation Act. Washington DC, Novembro 1990. Disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-104/pdf/STATUTE-104-Pg3048.pdf>. Acessado em 04/09/2020.
- GALLA, Amareswar. Public Lecture: Indigenous peoples, museums and framework for effective change. In: CANADIAN MUSEUM OF CIVILIZATION; UNIVERSITY OF VICTORIA (B.C.); CULTURAL RESOURCE MANAGEMENT PROGRAM; COMMONWEALTH ASSOCIATION OF MUSEUMS. *Curatorship: indigenous perspectives in post-colonial societies - proceedings*. Canadian Museum of Civilization Commonwealth Association of Museums and the University of Victoria: Ottawa, 1996, p.82-95.
- GOVERNANCE. Disponível em <https://americanindian.si.edu/about/governance>. Acessado em 10/09/2020.
- KREPS, Christina. Changing the rules of the road: post-colonialism and the new ethics of museum anthropology. In: MARSTINE, Janet. (Ed). *Redefining ethics for the twenty-first-century museum* (The Routledge Companion to Museums Ethics). Routledge: Londres, 2011, p. 70-84.
- LONETREE, Amy. Museums as sites of decolonization. Truth telling in National and tribal museums. In: SLEEPER-SMITH, Susan (Ed). *Contesting knowledge. Museums and indigenous perspectives*. University of Nebraska Press: Lincoln/Londres, 2009, p. 322-337.
- MARSTINE, Janet. The contingent nature of the new museum ethics. In: MARSTINE, Janet. (Ed). *Redefining ethics for the twenty-first-century museum* (The Routledge Companion to Museums Ethics). Routledge: Londres, 2011, p. 3-25.
- McKEOWN, C.Timothy; HUTT, Sherry. In the smaller scope of conscience: the Native American Graves Protection & Repatriation Act twelve years after. *UCLA Journal of Environmental Law and Policy*, v.21, n.3, p. 153-212, 2003.

- McMULLEN, Ann. Reinventing George Heye. Nationalizing the museum of the American Indian and its collections. In: SLEEPER-SMITH, Susan. (Ed) *Contesting knowledge. Museums and indigenous perspectives*. University of Nebraska Press: Lincoln/Londres, 2009, p. 65-105.
- MOUNTAIN, Rebecca. The future of the past: reclassification of “culturally unidentifiable” human remains under NAGPRA. *Arizona Anthropologist*, v.28, p.66-75, 2017.
- MUSEUMS USA. Disponível em <http://www.museumsusa.org/museums/>. Acessado em 09/09/2020.
- NASH, Stephen E.; COLWELL, Chip. NAGPRA at 30: the effects of repatriation. *Annual Review of Anthropology*, v.49, p.225-239, 2020.
- NATION TO NATION. Disponível em <https://americanindian.si.edu/explore/exhibitions/item?id=934>. Acessado em 08/09/2020.
- NATIONAL NAGPRA PROGRAM. Disponível em <https://irma.nps.gov/DataStore/DownloadFile/620933>. Acessado em 08/09/2020.
- NMAI. Disponível em <https://www.si.edu/sites/default/files/newsdesk/building/nmai.jpg>. Acessado em 10/09/2020
- OUR HISTORY. Disponível em <https://www.si.edu/about/history>. Acessado em 09/09/2020.
- OUSLEY, Stephen D., BILLECK, William T., HOLLINGER, R. Eric. Federal repatriation legislation and the role of physical anthropology in repatriation. *Yearbook of Physical Anthropology*, v.48, p.2-32, 2005.
- ROCA, Andrea. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. *Revista de Antropologia USP*, v.58, n.2, p.117-142, 2015.
- SHANNON, Jennifer. The construction of native voice at the National Museum of the American Indian. In: SLEEPER-SMITH, Susan (Ed). *Contesting knowledge. Museums and indigenous perspectives*. University of Nebraska Press: Lincoln/Londres, 2009, p. 218-247.
- SWEENEY, Thomas W.; HICKS, Carol Grace. Biography: George Gustav Heye. *Smithsonian Institution Office of Public Affairs*, janeiro, 1997. Disponível em https://web.archive.org/web/20110718120846/http://americanindian.si.edu/press/releases/gghc_biography.html. Acessado em 10/09/2020.
- VELTHEM, Lucia H. van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas)*, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, 2012.
- VELTHEM, Lucia H. van. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas)*, v.12, n.3, p.101-114, 2017.
- TORRENCE, Robin; CLARKE, Anne. Creative colonialism: locating indigenous strategies in ethnographic museum collections. In: HARRISON, Rodney; BYRNE, Sarah; CLARKE, Anne. (Ed). *Reassembling the collection: Ethnographic museums and indigenous agency*. School for Advanced Research Press: Santa Fé, p. 171-195, 2013.
- WATKINS, Joe E. The Antiquities Act at one hundred years: a Native American perspective. In: HARMON, David; McMANAMON, Francis P.; PITCAITHLEY, Dwight T. (eds). *The Antiquities Act: a century of American Archaeology, Historic Preservation, and Nature Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, p.187-198, 2006.
- WATSON, Ashley Bartman. Mediating NAGPRA: bringing cultural consideration back to the table. *Ohio State Journal on dispute resolution*, v.32, n.1, 2017, p.171-194.